



A DITADURA E OS MOVIMENTOS ESTUDANTIS NA FUNDAÇÃO VALEPARAIBANA DE ENSINO (1964-1985)

Autoras: *Maria Helena Alves da Silva*¹, *Susanne Fernandes Rodrigues*²
Orientadoras: *Prof^a Dr^a Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali*³, *Prof^a Dr^a Valéria Regina Zanetti*⁴

– CEHVAP - Centro de História e Memória da Univap – UNIVAP – Av. Shishima Hifumi, nº 2911, Urbanova – CEP 12244-000 – Bloco 5 - São José dos Campos – SP –

maria.42246@yahoo.com.br, susannerodrigues@hotmail.com,
papali@univap.br, vzanetti@univap.br

Resumo: Esse trabalho tem como objetivo relatar a presença da ação política de jovens estudantes nas instituições de ensino da região, principalmente na Faculdade de Direito do Vale do Paraíba e nas antigas Faculdades Integradas do Vale do Paraíba, no período ditatorial de 1964 a 1985, por meio de Grêmios Estudantis e Centros Acadêmicos e os consequentes reflexos da ditadura dentro das instituições. Foram utilizadas como fontes relatos da ditadura colhidos pela Comissão da Verdade e documentos produzidos pela Universidade nesse período.

Palavras-chave: Ditadura, Universidade, Movimentos Estudantis.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas/ História

Introdução

Como observa Marieta de Moraes Ferreira, o estudo da implementação do regime militar do país proporciona possibilidades para que possamos compreender “as problemáticas que caracterizam a história do tempo presente”, assim como “o percurso desse campo disciplinar num momento de grandes transformações” (FERREIRA, 2014, s.p.).

Além disso, por meio da análise dos eventos e de seus atores podemos nos exercitar a analisarmos cada vez melhor as memórias e fontes da época, todas elas “fortemente comprometidos com posicionamentos ideológicos polarizados e radicais” (FERREIRA, 2014, s.p.). Por meio da análise dos documentos referentes aos cursos das da FVE (Faculdade Valeparaibana de Ensino), podemos visualizar a atuação política dos jovens estudantes dessa Faculdade, o que eles fizeram e pelo quê foram motivados.

Metodologia

Para o desenvolvimento dessa pesquisa nos embasamos nos documentos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que estão disponíveis no acervo do CEHVAP (Centro de História e Memória da UNIVAP), além de contar com as audiências da Comissão da Verdade Michal

Gartenkraut de São José dos Campos e com produções acadêmicas a respeito do tema.

Discussão

A época da atuação do regime militar no Brasil significou perseguição e punição aos movimentos estudantis no país, que representavam mais do que atuação dentro do meio escolar, mas mobilizações sociais dentro e fora das instituições de ensino. Segundo o Decreto nº 477 de 26 de Fevereiro de 1969 (PRES, s.d.), que tem como objetivo definir as infrações que podem ser cometidas por professores, alunos ou funcionários de instituições públicas ou privadas de ensino, atos como os de organização de movimentos julgados subversivos, distribuição de material ideológico e uso do recinto escolar para a prática desses movimentos, seriam passíveis de punição perante a lei. No entanto, o que vimos no cenário de São José dos Campos nesse momento foi um forte movimento estudantil nas instituições, tanto de ensino básico quanto de ensino superior, apesar das represálias da época.

A partir da década de 1960, movimentos estudantis brasileiros protagonizaram lutas a favor de reformas sociais no país, e as repreensões vieram pelo incômodo que essas ações



representavam para as camadas conservadoras e aos militares, como mostra o episódio do dia 1 de abril de 1964, dia em que ocorreu o golpe civil-militar. A UNE (União Nacional dos Estudantes) tem sua sede na Praia do Flamengo incendiada e fuzilada pelos militares e declarada ilegal após a sanção da Lei Suplicy, de 09 de novembro do mesmo ano, que proíbe atividades políticas estudantis, apesar destas permanecerem com suas ações clandestinas por décadas.

Em São José dos Campos, a atitude dos jovens estudantes no período ditatorial não foi diferente, com forte atuação no meio escolar e na comunidade, os movimentos estudantis foram presentes em escolas de ensino básico e em instituições de ensino superior, como o ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica, a Faculdade de Odontologia e as Faculdades Integradas do Vale do Paraíba, hoje UNIVAP.

Logo em sua primeira turma, a Faculdade de Direito do Vale do Paraíba contou com a organização de alunos para a formação de seu Centro Acadêmico, o qual, sendo aprovado no dia 17 de agosto de 1954 recebeu o nome de “2 de Janeiro”, homenagem à data histórica do curso de direito, o primeiro da Fundação Valeparaibana de Ensino.

A situação dos movimentos estudantis desde a criação da Lei Suplicy em 1964 era de ilegalidade, e muitas organizações foram, assim como a UNE, repreendidas e forçadas a abandonar suas ações. Em depoimento à 6ª audiência da Comissão da Verdade em São José dos Campos – “O Movimento Estudantil Joseense Durante a Ditadura”, o ex-aluno da Faculdade de Direito do Vale do Paraíba, Dr. Fernando Delgado de Almeida, que participou como secretário da diretoria do Centro Acadêmico 2 de Janeiro, relata que os membros da organização, em meados de 1964 foram aconselhados pelo diretor da instituição na época, que deixassem o Centro Acadêmico, devido à situação de confronto que vinham sofrendo os jovens estudantes secundários e universitários que se envolviam com movimentos acadêmico-políticos no país. Segundo Dr. Fernando Delgado de Almeida, como a maior parte dos alunos da Faculdade de Direito não residiam em São José dos Campos e sim na cidade de São Paulo, não houve nenhuma reação contra o fechamento do centro acadêmico, provavelmente pela falta de mobilidade dos alunos que chegavam somente no horário de aula e sendo ele o único

membro participante que residia na cidade, não houve nenhum ato em protesto contra a decisão.

Não foi apenas na Faculdade de Direito que identificamos a presença da repressão implementada pela ditadura. Com a abertura da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da FVE, em 18 de novembro de 1966, novas decisões foram tomadas contra os jovens que manifestavam suas opiniões ou organizavam atos políticos.

No dia 28 de Abril de 1969, o diretor da Faculdade de Direito do Vale do Paraíba lançou uma portaria dizendo que, levando em consideração os termos da lei 477 de 26/02/1969, assim como as instruções contidas na portaria publicada em 28 de março do mesmo ano e contando a deliberação que houve na direção das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, as matrículas de dois alunos seriam canceladas. Um desses alunos já havia sido mencionado em um relatório do Ministério do Exército que havia sido enviado para a Fundação Valeparaibana de Ensino, no qual foi verificado que era:

elemento bastante jovem, impulso e imaturo, em processo de intelectualização, que o torna descrente de tudo, buscando através de frágeis sofismas justificar sua revolta. Elemento de dupla personalidade, facilmente conduzido, busca autoafirmação através de protesto. É elemento bastante ativo no meio estudantil, passando a maior parte de seu tempo dentro da Faculdade de Filosofia. É nocivo, segundo vários depoimentos, ao ambiente da Faculdade de Filosofia.

No entanto, em um ofício emitido pela Faculdade podemos ver que "em razão do apurado na investigação sumária instaurada pelo II Exército, foi cancelada, nesta data, sua matrícula no 2º Ano do Curso de Direito / desta Faculdade". Ou seja, o mesmo aluno que subvertia a Faculdade de Filosofia era, na verdade, aluno do curso de Direito.

Além dele, foram investigados mais um homem e uma mulher. De acordo com um documento do Acervo do CEHVAP, o homem era um

elemento bastante inteligente, liderando uma facção da Faculdade de Filosofia. De fala ideológica, é nociva ao ambiente da Faculdade de Filosofia.



O relatório conclui que eles estariam "sujeitos a sanções expostas pelo Art. 4 do Ato Institucional de 13 de Dezembro de 1968". Esse artigo previa que o Presidente da República, no interesse de preservar a "Revolução", poderia suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos, assim como cassar mandados eletivos municipais, estaduais e federais. Como consta no documento, tal investigação havia sido feita com base no Ato Institucional nº 5,

para apurar agitação ou subversão no corpo discente de Estabelecimentos de Ensino, mantidos por esta Fundação. A medida tem por finalidade determinar a essa Diretoria se cumpra o disposto no Decreto nº477 de 26 de Fevereiro de 1969, publicada no Diário Oficial de nº1706, de 26 de Fevereiro de 1969.

Enquanto isso, no ensino fundamental e médio o ensino de Filosofia foi proibido em escolas públicas, voltando apenas em 2008. Essa proibição foi dada possivelmente devido ao teor das disciplinas que exigiam uma juventude que pensasse e refletisse o que poderia ser um perigo para o regime militar. Da mesma forma, a partir de 1971 o conteúdo das disciplinas de Geografia e História "foram esvaziados, diluídos e despolitizados com a obrigatoriedade das disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira" (PAPALI et al, 2012, pág. 129).

Nesse momento, tudo indicava no Brasil o declínio dos movimentos estudantis, que vieram a se reestabelecer apenas em meados de 1974, após eleito presidente o general Ernesto Geisel, que lentamente assume novos caminhos para o governo, era um momento de redemocratização. (SILVA, 2007, pág. 246). As represálias violentas contra os estudantes diminuíram, e com isso houve uma ascensão nos movimentos estudantis, assim como em movimentos de trabalhadores e jovens de todo o país contra a ditadura, com um ápice em 1977, que foi marcado pelas greves em várias universidades, grandes mobilizações e protestos de caráter político que saíram às ruas. (OPME, s.d)

Embora se tenha dado uma abertura aos jovens brasileiros nesse momento, não se pode dizer que este foi o fim da repressão contra os jovens que expressavam suas posições políticas e ideológicas. O ex-aluno da Faculdade de Engenharia da FVE, ex-presidente do Diretório Acadêmico de Ciências

Exatas e Tecnologia e ex-presidente do Diretório-Central dos Estudantes da UNIVAP, Vicente Cioffi, que frequentou a instituição a partir de 1985, relatou em depoimento para a 6ª audiência da Comissão da Verdade em São José dos Campos – "O Movimento Estudantil Joseense Durante a Ditadura", sobre o período em que atuou na instituição que:

Aquela repressão causada pela ditadura que estava em processo de descendência nos anos de 85 pra frente, nos anos de 79 pra frente se instalou dentro da UNIVAP, e as perseguições dentro da Fundação Valeparaibana de Ensino se concretizaram em várias formas.

Vicente relata também que todos os estudantes tanto universitários como os secundaristas, que se manifestavam politicamente de alguma forma eram acusados de comunismo pela direção da instituição.

Como observa José dos Santos Rodrigues, após 1964 o Brasil viveu um "momento decisivo no processo de mercantilização da educação superior", uma vez que o regime militar promoveu um processo de expansão da educação superior privada (RODRIGUES, 2007, pág. 23). De acordo com o autor, a reforma universitária de 1968 conduzida pela ditadura militar teria "inaugurado a privatização da educação superior brasileira". Tal reforma "visava, dentre outras coisas, a absorver as demandas de acesso à universidade, para atender à formação de quadros para o mercado de trabalho" (ZANETTI et al, 2012, pág. 163). Dessa forma, o ensino superior privado passou a se estruturar "nos moldes de uma empresa educacional, voltada para a obtenção de lucro e para atender às demandas do mercado..." (ZANETTI et al, 2012, pág. 163). Foi nesse contexto que surgiu a FAUJOCA - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Elmano Ferreira Veloso.

Os alunos dessa Faculdade também se tornaram agentes participantes contra os modelos ditatoriais. No início da década de 1970, a Delegacia de São José apreendeu alguns panfletos atribuídos a esses estudantes que exigiam a autonomia universitária, participação política dos professores e estudantes nas escolas, a livre expressão de pensamento e interação com a comunidade, além de conter críticas à formação técnica do ensino superior (ZANETTI et al, 2012, pág. 169). Temendo a mobilização estudantil e com



o objetivo de isolar os alunos e, consequentemente, desestabilizar os movimentos estudantis, a FAUJOCA foi mudada para as “dependências do prédio do Seminário Servos de Maria, no alto da Avenida São João” (ZANETTI et al, 2012, pág. 170).

Nos documentos do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), é possível encontrar diversas referências aos alunos dessa Faculdade. Nomes de professores e alunos constam nos registros por terem manifestado alguma forma de descontentamento (ZANETTI et al, 2012, pág. 171); assim como mostram a relação entre os alunos de graduação de Arquitetura com alunos da USP, UFMG e outras Universidades, e a “ocorrência de reivindicações estudantis, contra a demissão de diversos professores” (ZANETTI et al, 2012, pág. 172). Levando em conta a conjuntura atual, assim como o fato de que a FAUJOCA funcionou durante seis anos sem regimento, sem orçamento e sem o pedido de reconhecimento no Conselho Federal de Educação, o Conselho Diretor da FVE ordenou, em 1976, o fechamento do curso e a transferência dos alunos (ZANETTI et al, 2012, pág. 173). No mesmo ano, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), em um documento elaborado pelo departamento estudantil de São José dos Campos, dizia que:

Nossas liberdades democráticas são violadas. Os estudantes sentem a repressão – que se dá de várias formas – embora muitas vezes não tenham dela consciência clara. [...] A escola, como centro autônomo de criação, pesquisa e crítica, foi totalmente adulterada. Ela funciona como mero centro de formação técnica, visando exclusivamente fornecer mão de obra especializada à indústria... (ZANETTI et al, 2012, pág. 176).

Considerações Finais

Dessa forma, podemos concluir que a característica dos alunos do curso superior neste período era a de estudantes trabalhadores da indústria, que vivenciavam não somente os movimentos estudantis, em grêmios, centros e diretórios acadêmicos, mas também integravam movimentos metalúrgicos e sindicais na cidade de São José dos Campos. Em seu depoimento, Vicente Cioffi relata que a repressão contra esses jovens dentro da universidade se dava quando a instituição de ensino entrava em contato com a indústria ou empresa em que o jovem trabalhava e

o prejudicava de alguma forma, como por exemplo, pedindo para que fossem demitidos, tivessem as bolsas de estudo cedidas pela indústria cortadas, ou ainda tivessem os seus nomes nas chamadas “listas negras” das indústrias, para que não fossem contratados, alegando que os alunos causavam problemas no ambiente escolar.

Assim como os jovens estudantes, os professores também eram reprimidos quando as posições políticas não condiziam com a posição da instituição de ensino em que atuavam, ou quando se manifestavam contra as decisões e ações tomadas por ela, sofrendo represálias e até demissões.

Fontes Primárias

Portaria nº1/69 da Faculdade de Direito do Vale do Paraíba, 28 de Abril de 1969

Ofício nº 72/69, 30 de Abril de 1969

Referências

Comissão da Verdade - 1ª parte da 6ª Audiência "O Movimento Estudantil Joseense durante a Ditadura" https://www.youtube.com/watch?v=u5AaS_Fj_tA Acesso em 31 julho de 2015

Comissão da Verdade - 2ª parte da 6ª Audiência "O Movimento Estudantil Joseense durante a Ditadura" <https://www.youtube.com/watch?v=ERqBC5Udrl> Acesso em 31 julho de 2015

Comissão da Verdade - 6ª Audiência "O Movimento Estudantil Joseense durante a Ditadura" 2 https://www.youtube.com/watch?v=_v1T_Yr3vvgg&list=PLey9M_cWlxnkYe2vjrSoieA9QcdYlodUb&index=12 Acesso em 31 julho de 2015

Comissão da Verdade - 6ª Audiência "O Movimento Estudantil Joseense durante a Ditadura" 3 https://www.youtube.com/watch?v=5Y8KjdkX-so&list=PLey9M_cWlxnkYe2vjrSoieA9QcdYlodUb&index=13 Acesso em 31 julho de 2015

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Ditadura militar, universidade e ensino de história: da Universidade do Brasil à UFRJ**. *Ciência e Cultura* 66.4 (2014): 32-37.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **Crise da Ditadura Militar e o Processo de Abertura Política no Brasil, 1974-1985**. In: *O Brasil*



Republicano. (Orgs); Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado, 2007.

PAPALI, Maria Aparecida, et al. Memórias da Escola: Cotidiano Escolar em São José dos Campos (1950 – 1970). In: **Escola e Educação em São José dos Campos: espaço e cultura escolar**. Maria Tereza Dejuste de Paula, Zuleika Stefânia Sabino Roque (Orgs); Maria Aparecida Papali, Valéria Zanetti (coords. da série). São José dos Campos: Univap, 2012.

Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. DECRETO-LEI Nº 477, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1969. Acesso em 24 de Agosto de 2015. Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm >

RODRIGUES, José dos Santos. **Os empresários e a educação superior**. Campinas: Autores Associados, 2007.

ZANETTI, Valéria, et al. A História da Efêmera Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São José dos Campos na conturbada década de 1970 (FAUSJC - 1970 - 1976). In: **Escola e Educação em São José dos Campos: espaço e cultura escolar**. Maria Tereza Dejuste de Paula, Zuleika Stefânia Sabino Roque (Orgs); Maria Aparecida Papali, Valéria Zanetti (coords. da série). São José dos Campos: Univap, 2012.

Website da UNE – União Nacional dos Estudantes . Disponível em: <http://www.une.org.br/> Acesso em 31 julho 2015

OPME, O Papel do Movimento Estudantil na Resistência à Ditadura. Website Ditadura Nunca Mais. Disponível em: <http://ditaduranuncamais.cnte.org.br/o-papel-do-movimento-estudantil-na-resistencia-a-ditadura/> Acesso em: 31 julho 2015